



REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS

Divisão Jurídica

ISSN 1413-7100

Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos	Bauru	v. 48, n.62	p. 1-297	jul./dez. 2014
---	-------	-------------	----------	----------------

REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS (DIVISÃO JURÍDICA)
Publicação semestral do Centro Universitário de Bauru Mantido pela Instituição Toledo de Ensino (ITE)

DIRETORIA EXECUTIVA / Executive Board
Antonio Eufrásio de Toledo Filho / Flávio Euphrásio Carvalho de Toledo

DIREÇÃO / Direction
Paulo Afonso de Marmo Leite – Diretor

SUPERVISÃO EDITORIAL / Editorial Supervision
Flávio Euphrásio Carvalho de Toledo

COORDENAÇÃO EDITORIAL / Editorial Coordination
Bento Barbosa Cintra Neto

CATALOGAÇÃO / Cataloguing
Marcia Perez Viana – Biblioteca Rui Barbosa

CONSELHO EDITORIAL / Editorial Board
Prof. Cícero Krupp da Luz
Faculdade de Direito do Sul de Minas

Prof. Dr. Eduardo Andrés Velandia
Universidad Libre de Colômbia

Profa. Dra. Eliana Franco Neme
Instituição Toledo de Ensino - Bauru/SP

Prof. Dr. Flávio Luis de Oliveira
Instituição Toledo de Ensino - Bauru/SP

Prof. Dr. Gilson Delgado Miranda
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Haideer Miranda Bonilha
Facultad de Derecho de la Universidad de Costa (Costa Rica)

Prof. Dr. Marcelo Labanca Corrêa de Araujo
Universidade Católica de Pernambuco

Profa. Dra. Patrícia Miranda Pizzol
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Pietro de Jesús Lora Alarcón
Instituição Toledo de Ensino Bauru/SP

Prof. Dr. Roberto Romboli
Università de Pisa

Prof. Dr. Rodrigo Perez Lisisic
Universidade de Atacama

Prof. Dr. Rogelio Barba Alvarez
Universidad de Guadalajara

Profa. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi
Universidade do Estado de São Paulo

Prof. Dr. Vladimir Brega Filho
Universidade Estadual do Norte Pioneiro

Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos : Divisão Jurídica.
Instituição Toledo de Ensino. -- n. 1 (1966) - . -
- Bauru, SP : a Instituição, 1966- .
v. 48, n. 62

Semestral

ISSN 1413-7100

1. Direito – periódico I. Instituto de Pesquisas e Estudos.
II. Instituição Toledo de Ensino
Ensino CDU 340

CDD

EDITE – Editora da Instituição Toledo de Ensino
Praça 9 de Julho, 1-51, Vila Pacifico | 17050-790 | Bauru/SP | Brasil
Disponível para acesso integral gratuito no endereço: www.ite.edu.br

Indexação: CCN, RBVI, Ulrich's, Latindex, Library of Congress, IES (nacionais e internacionais)

NOTA: Os trabalhos assinados exprimem conceitos da responsabilidade de seus autores, coincidentes ou não com os pontos de vista da fedação da Revista.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS: Proibida a reprodução total ou parcial, sem a prévia autorização da Instituição, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos ou videográficos. Vedada a memorização e/ou recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de quaisquer partes desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e §§, do Código Penal, cf. Lei nº. 6.895, de 17-12-1980) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 122, 123, 124 e 126, da Lei nº. 5.988 de 14-12-1973, Lei dos Direitos Autorais).

6 EDITORIAL

DOCTRINA INTERNACIONAL

8 LA HETEROGÉNEA RESPUESTA DEL DERECHO INTERNACIONAL A LA LUCHA ANTITERRORIST

A resposta heterogênea do direito internacional para combater o terrorismo.

Antonio Muñoz Aunión

DOCTRINA NACIONAL

26 CIDADANIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 À LUZ DA CONCEPÇÃO DE HANNAH ARENDT.

Citizenship in the Federal Constitution of 1988 in the light of the concept of Hannah Arendt.

Caio Sperandéo de Macedo

52 A TUTELA ESPECÍFICA E O ARTIGO 84 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS.

The specific judicial protection and the article 84 of the consumer defense code: an analysis about the judicial protection's effectiveness of the collective rights

Caroline Schneider

Ellen Carina Mattias Sartori

87 AS INFRAÇÕES DA LEI 15.499/2011 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Violations of the law 15.499 / 2011 of the city of São Paulo the Rights of Persons with Disabilities

Cláudia Karina Ladeia Batista

Mário Lúcio Garcez Calil

118 LEGALIDADE DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS

Legalidad del internamiento compulsorio para el tratamiento de los dependientes químicos

Francislaine de Almeida Coimbra Strasser

Jurandir José dos Santos

154 O ACESSO À ÁGUA E A CONDIÇÃO MÍNIMA PARA A DIGNIDADE HUMANA

Access to water and minimum condition for human dignity

Marcela Almendros

167 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Brief Considerations About Party Liability in the Brazilian Legal System

Renata Medina Duarte

Fabiana Junqueira Tamaoki Neves

- 199** O CRIME ORGANIZADO E A DUPLA FACE DO PRINCÍPIO DA
PROPORCIONALIDADE
Organized crime and the double face of the principle of proportionality
Thaise Oliveira Pimentel
- 264** O PODER CONSTITUINTE E A CONSTRUÇÃO DAS UTOPIAS
The Constituent Power and the Construction of Utopias
Paulo Magalhães da Costa Coelho
- 265** NORMAS DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS
Presentación normas de papel
Standards paper submission

EDITORIAL

Prezados leitores, sempre em vista da divulgação da produção científica da graduação e da pós-graduação, em especial a linha de pesquisa dos cursos Strictu Sensu da Instituição, que observam o direito constitucional e as garantias constitucionais para o acesso ao direito e à Justiça.

Começamos este número com um artigo do Chile sobre a inteligência relativa às sanções.

Seguimos com um trabalho sobre cidadania na Constituição Federal de 1988 à luz da concepção de Hannah Arendt.

Continuamos com um artigo sobre a tutela específica e o artigo 84 do código de defesa do consumidor e a efetividade dos direitos coletivos.

Na sequência, trazemos um trabalho sobre as infrações da lei 15.499/2011 do município de São Paulo referente aos direitos de pessoas com deficiência.

Em seguida, apresentamos um trabalho que aborda a internação compulsória de dependentes químicos.

Passamos a um trabalho que aborda o acesso à água e a condição mínima para a dignidade humana.

Apresentamos um artigo sobre o poder constituinte e a construção de utopias.

Chegamos a um trabalho sobre a responsabilidade civil no ordenamento brasileiro.

Finalizando, apresentamos um artigo sobre o crime organizado e a dupla face do princípio da proporcionalidade.

Até o próximo semestre. Saudações Iteanas.

Bento Barbosa Cintra Neto
Editor